

Para um Discernimento das Relações entre Avaliação, Ética e Política

Domingos Fernandes
Universidade de Lisboa
Instituto de Educação

As políticas públicas podem ser entendidas como processos mais ou menos complexos, participados e articulados traduzidos em medidas ou ações que, num determinado domínio (e.g., educação, saúde, segurança social, justiça), se destinam a resolver problemas dos cidadãos e das sociedades. Neste sentido, dificilmente se entenderia que à conceção e concretização de uma dada política pública não estivesse associado um qualquer processo de avaliação. Na verdade, ainda que não em regime de exclusividade, a avaliação pode e deve contribuir de forma importante para que se conheçam e compreendam as razões do sucesso ou do fracasso de uma dada política pública. Mais concretamente, a avaliação é, cada vez mais, considerada como um processo imprescindível na análise das medidas (e.g., projetos, programas) que materializam as políticas públicas.

Num certo sentido, poder-se-á dizer que avaliação e políticas públicas são práticas e construções sociais que, no fundo, devem ter a ver com a criação de bem estar para os cidadãos através do acesso a bens públicos como a educação, a saúde e a justiça. Ambas são, igualmente, domínios do conhecimento relativamente recentes e as suas relações são complexas.

A avaliação não pode ser isolada do contexto social e político em que se desenvolve. Consequentemente, teremos sempre que considerar uma diversidade de atores e de instituições que, através do seu poder e dos seus interesses e valores, procuram influenciar a avaliação. Por isso mesmo e também pelo facto de a **Avaliação** e a **Política** terem profundas raízes na moral e nos valores, dificilmente poderemos ignorar a **Ética** como questão da maior relevância.

É com base nas ideias acima expressas que se fará uma discussão em que se estabelecerão relações entre Avaliação, Ética e Política, tendo em vista a reflexão sobre questões críticas que se podem equacionar, quer no domínio das teorias quer no domínio das práticas. Neste último domínio, porventura o que interessará mais ao crescente número de profissionais e académicos envolvidos em processos de avaliação, serão equacionadas questões relacionadas com o papel dos avaliadores e dos *stakeholders*, com a fundamentação e credibilidade das avaliações, com uma diversidade de dilemas éticos e com a inevitabilidade da “parceria” entre a ética e as práticas políticas e avaliativas.